

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LITORAL NORTE GAÚCHO¹
SOCIAL MANAGEMENT AND PUBLIC POLICIES: CONSIDERATIONS ABOUT THE NORTH COAST IN RIO GRANDE DO SUL

Anelise Graciele Rambo², Gabriel Vianna³

¹ Este trabalho contou com o apoio do CNPq por meio do edital CHAMADA UNIVERSAL - MCTI/CNPq Nº 14/2014.

² Docente do Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Membro da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (Rete)

³ Bacharel em Ciência e Tecnologia pela UFRGS. Graduando do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Regional da UFRGS. Bolsista de Iniciação Científica da UFRGS.

Resumo

Este trabalho propõe realizar uma discussão sobre o papel da gestão social e dos mecanismos de governança em territórios periféricos, valendo-se de uma análise acerca da realidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Reconhecida pelo turismo de veraneio, esta é uma das regiões mais pobres do Estado e, ao mesmo tempo, formada por uma diversidade sócio-econômico-ambiental desconhecida por parte significativa da população regional, dos turistas de veraneio e dos gestores públicos de diferentes escalas. Levando em consideração a disseminação dos mecanismos de governança e da gestão social no âmbito político nacional e mesmo internacional, pretende-se evidenciar que estes mecanismos tem sua importância reforçada em realidades regionais tão diversas como o Litoral Norte, uma vez que abrem a possibilidade da participação dos atores locais e regionais na gestão do desenvolvimento, e conseqüentemente, do reconhecimento e valorização da diversidade mencionada.

Palavras-chave: gestão social, governança, colegiado territorial, Corede, Litoral Norte.

Abstract This paper proposes to conduct a discussion about the role of social management and governance mechanisms in peripheral territories, using an analysis about the reality of the North Coast of Rio Grande do Sul. Recognized by summer tourism, this is one of the regions the poorest of the state and, at the same time, formed by a socio-economic-environmental diversity unknown by a significant part of regional population, tourists of summer and the public managers of different scales. Taking into account the dissemination of governance mechanisms and social management in national and international political scale, it is evident that these mechanisms have their importance reinforced in diverse regional realities as the North Coast, since they generate the possibility of participation of local and regional actors on the management development, and consequently, of the recognition and appreciation of the diversity.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Key words: social management, governance, territorial collegiate, Corede, North Coast.

1. Introdução

Conceitos como os de gestão social e governança territorial vem ganhando espaço de destaque nas discussões acadêmicas e nos espaços políticos. Como aponta Dasí (2008), a governança territorial tornou-se o instrumento no qual encontram-se depositadas as esperanças de uma gestão mais efetiva das políticas de desenvolvimento territorial. Seu emprego é resultado das mudanças contínuas na própria concepção de desenvolvimento e dos pressupostos sobre como promovê-lo. Ao longo dos anos, se por um lado vem sendo menos aceitas as visões *top-down*, por outro, as *bottom-up*, sobretudo as que sublinham fortemente a endogeneidade e entendem as regiões como protagonistas do desenvolvimento, também são questionadas. Estas teriam subestimado o papel do Estado, além de minimizarem a força do processo de corporativização dos territórios, decorrentes do aumento da influência dos grandes grupos multinacionais na definição de investimentos públicos (FERNÁNDEZ, AMIN, VIGIL, 2008).

Resultante da dinâmica mencionada, a condução de políticas públicas vem perpassando a criação de mecanismos de governança descentralizados e multiescalares, como colegiados, conselhos e comitês, com o propósito de promover a gestão social. Sob esse aspecto, a política territorial brasileira assumiu destaque na escala nacional, a partir da proposição dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeter) e da elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) a partir de 2003. Porém, na escala estadual, há uma iniciativa anterior, cuja gênese data de 1991, que igualmente prevê espaços de gestão social, quais sejam, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), responsáveis pela elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEDs).

Busca-se, a partir deste trabalho, evidenciar dois aspectos. O primeiro se refere ao papel da gestão social e dos mecanismos de governança, em especial, em recortes territoriais marcadamente heterogêneos, como o Litoral Norte Gaúcho. O segundo procura apontar para a necessidade de um salto de qualidade na gestão social, o que perpassa a aproximação e diálogo entre mecanismos de governança, cujos objetivos redundam no planejamento do desenvolvimento, o que pode ser entendido também enquanto interação escalar. Metodologicamente, este estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental.

Para tal, este trabalho está estruturado em seis seções. Dando sequência a esta introdução, apresenta-se uma caracterização histórico-geográfica do Litoral Norte, evidenciando a diversidade econômica, sociocultural e ambiental, que muitas vezes é desconhecida, havendo uma identidade regional reconhecida e consolidada em torno da praia e do turismo de veraneio. A seção seguinte propõe evidenciar o papel da gestão social e da governança na promoção do desenvolvimento em âmbitos territoriais. Em seguida, tratar-se-á de dois mecanismos de governança atuantes no Litoral Norte. O primeiro, refere-se ao Corede Litoral Norte, criado no âmbito estadual. O segundo diz respeito ao Codeter Litoral RS, implementado a partir da Política Territorial do Desenvolvimento

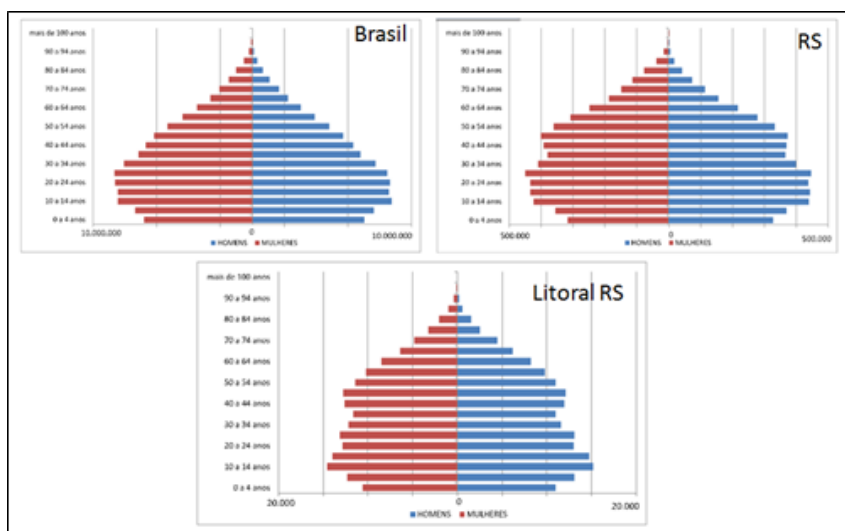
Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Rural Sustentável (Pronat), pelo governo federal. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. O Litoral Norte Gaúcho e suas diversidades

O Litoral Norte Gaúcho, representa certa 2,5% do território do estado do Rio Grande do Sul e é hoje um dos espaços que apresenta maior taxa de crescimento populacional (XERXENEVSKY, FOCHEZATTO, 2015). O recorte espacial do território rural do Litoral RS, apresentava uma população de 345.449 habitantes em 2010, sendo 20% rural. Já no Brasil, a população rural equivalia a 19% e no Rio Grande do Sul, a 18%. Há de se destacar a presença de municípios com predomínio da população rural, sendo Dom Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, Caará, Mampituba e Maquiné, respectivamente com 92%, 87%, 86%, 81% e 70% da população residindo no campo. Por outro lado, os municípios de Capão da Canoa, Imbé, Tramandaí, Xangri-lá e Balneário Pinhal, chamam a atenção pela sua população urbana, respectivamente de 99,4%, 99,9%, 97,6%, 99,5% e 97,7%.

Ainda acerca da população, a pirâmide etária também aponta características interessantes, como podemos visualizar a seguir (figura 01). É possível verificar que a pirâmide etária do território rural Litoral RS mostra-se mais alargada em direção ao topo se comparada a do Rio Grande do Sul e, sobretudo, ao Brasil. Isso denota a presença mais acentuada de uma população acima dos 54 anos. O Litoral Norte do RS vem atraindo um contingente considerável de aposentados, que buscam, dentre outros, qualidade de vida em cidades mais seguras com boa trafegabilidade, segurança e infraestrutura (RAMOS, 2014; CAMPOS, BARBIERI, CARVALHO, 2008; JARDIM, BARCELOS, 2011; ACCURSO, 2002).



Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Figura 01: Pirâmides etárias do Brasil, Rio Grande do Sul e território rural Litoral RS

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Quanto a sua formação física, embora tenha um domínio paisagístico padrão, possui diversas áreas transicionais de domínios diferentes, como as transições entre pampa e mares de morro. Dito isso, podemos apontar outras subdivisões geomorfológicas internas que propiciam atividades típicas dos municípios que se encontram na região (AB'SÁBER, 2012), como a costa litorânea, onde se encontram os municípios balneáveis, a planície lagunar e a escarpa do planalto, ao qual pertencem os municípios com predominância na área agrícola e extrativista (STROHAECKER, 2016). Toda a região comporta ecossistemas consideravelmente frágeis e com delicado manejo. Algumas de suas áreas se encontram protegidas pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica dentre outras áreas de preservação. Há um total de oito reservas, sendo cinco de Proteção Integral e três de Uso Sustentável (RAMBO et al, 2016).

A fragilidade e os danos ambientais causados pela ação humana na região, vem do histórico de uma ocupação desordenada e com viés exploratório, da busca de riquezas naturais, no Brasil Colônia, até o uso para fins de veraneio no século XX (AGUIAR, 2007) como será discutido a seguir.

A ocupação europeia do Litoral Norte Gaúcho se deu a partir da divisa com laguna pelos lusitanos em busca de riquezas minerais, com funções de ocupação econômica e como estratégia militar (AGUIAR, 2007). Os pioneiros da ocupação recebiam, da coroa, as sesmarias. Essas terras eram utilizadas, durante o século XVIII, para criação de gado e toda uma atividade em torno disto. Essa dinâmica, somada a ocupação da faixa litorânea e a ausência de rotas alternativas, fez com que a região fosse utilizada como rota para os tropeiros que seguiam para as regiões centrais do país. Quando surge uma rota pela Serra, aos poucos a região litorânea perde importância estratégica. Tal desinteresse acarretou em consideráveis perdas econômicas e sociais esvaziando a região (AGUIAR, 2007).

Apenas em 1824, com a imigração alemã, esse território teve sua realidade demográfica e econômica modificada aos poucos. Nesse período, foram fundadas as colônias de Três Forquilhas e de São Francisco de Alcântara. Essa população, estruturada em pequenas propriedades, dedicou sua produção à geração de gênero alimentícios. Todavia, as dificuldades se mantiveram devido à distância dos grandes centros consumidores. Enfim, os colonos, devido as problemáticas próprias do lugar para onde foram deslocados, se viram obrigados a deixar essas colônias (NONNENMACHER, 2000).

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Com a chegada do século XX e as facilidades de transporte proporcionadas pela criação de vias que ligam a praia à Porto Alegre, a malha férrea inicialmente, e as ações da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral (Codel), o litoral passou a ser visto pela perspectiva da utilização de suas áreas balneáveis. Inicialmente com fins medicinais, e cada vez mais com finalidades de recreação e descanso, as praias foram sendo ocupadas até atingirem as proporções atuais de urbanização e população (AGUIAR, 2008).

Mais próximos à beira-mar, estão os municípios com caráter urbano, voltados para o turismo, mais especificamente o turismo de veraneio. Este causa um considerável inchaço populacional durante o verão que atinge o patamar de 140% frente a população total da região costeira durante a baixa temporada. Essa especificidade aponta a necessidade de adaptações dos municípios para receber os veranistas, moradores temporários. Não há fontes oficiais referentes a quantificação da população flutuante do Litoral Norte conforme Zuanazzi e Bartells (2016). Todavia, os mesmos autores apontam esse “crescimento” a partir de dados referentes à serviços como o uso da água. Assim, é possível observar um tímido aumento populacional ainda em outubro, atingindo seu auge em janeiro. Também é observado, em datas especiais e comemorativas, um inchaço relevante. O feriado de Nossa Senhora dos Navegantes e Carnaval, levam até 715 mil pessoas para o Litoral (ZUANAZZI, BARTELLS, 2016).

Essa busca pela região em épocas de veraneio, reverberou na criação de casas de segunda residência nos balneários, fortalecendo consideravelmente o setor de construção civil na região. Ainda no aspecto de “casas de veraneio”, alguns municípios se desenvolveram para se apropriar das possíveis benesses desse setor, vide a expansão de condomínios fechados e de luxo em municípios como Capão da Canoa, Tramandaí e Xangri-lá. Sobre isso, Antocheviz (2017) ressalta que uma característica marcante da expansão urbana e da segregação socioespacial pelo surgimento de enclaves formados por condomínios horizontais fechados, decorre da propaganda de um novo estilo de vida intramuros, com maior segurança e infraestrutura. Voltados para usuários de maior poder aquisitivo e localizados geralmente em áreas mais periféricas e próximas da principal via de acesso aos municípios (Estrada do Mar), esses condomínios são ocupados muitas vezes apenas temporariamente durante períodos de férias e contribuem para a segregação socioespacial, impedindo a continuidade do traçado urbano ortogonal, dificultando o deslocamento de veículos e pedestres. Defende a autora que a ocupação dos vazios existentes com o avanço da expansão urbana deveria favorecer a acessibilidade e integração do espaço urbano, mantendo um bom nível de conectividade. Todavia, a expansão de condomínios fechados culmina na fragmentação espacial e num aumento potencial dos fluxos de movimento da Estrada do Mar e da Avenida Paraguassú, que são os principais

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

meios de conexão a esses enclaves. Tal dinâmica segrega uma parcela da população que até então residia no entorno, e, também, vem loteando, ora terras de produção agrícola, ora de ecossistemas frágeis, próprios da região, chegando a gerar, em alguns casos, microclimas dentro dos limites dos condomínios (LOPES, 2015).

No Litoral Norte Gaúcho, não apenas na faixa costeira, há diversas potencialidades pouco exploradas, outras exploradas excessivamente como as dunas móveis em prol da construção civil, loteamentos e do crescimento urbano. Outro elemento é a geração de energia renovável, há mais de 10 anos, com a implementação do Completo Eólico de Osório. Quanto a isso, cabe mencionar que embora esteja-se falando de uma fonte de energia sustentável, vem ocorrendo conflitos socioambientais, devido a possibilidade de instalação de uma rede de alta tensão sobre uma área de preservação ambiental. Esta área é o Morro da Borúsia, um potencial turístico alternativo à praia, que vem atraindo turistas nos últimos anos.

No que se refere ao Valor Adicionado por setor de atividade econômica do ano de 2010, também é possível apontar duas peculiaridades em relação aos dados estaduais e nacionais. Uma se refere à participação dos serviços. No território, esta participação alcança 74%, enquanto que ao nível estadual representa 63% e nacional 65% (IBGE Cidades, 2015). Portanto, o setor de serviços no Litoral RS, muito associado ao turismo litorâneo de veraneio, contribui mais para o Produto Interno Bruto (PIB) da região do que a contribuição do setor ao nível estadual e nacional.

O setor agropecuário, embora tenha a menor participação nas três escalas, é mais acentuado no Litoral RS. Enquanto que nessa região representa 10% do PIB, no estado corresponde a 7,1% e ao nível nacional, a apenas 5,7%. Cabe destacar, que no Litoral Norte criou-se a primeira Denominação de Origem do Brasil. Com base nas evidências apresentadas pelas pesquisas realizadas em conjunto entre a Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho (APROARROZ), SEBRAE, Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), comprovou-se que o arroz da região detém características diferenciadas em função das condições térmicas da região e, em 2010, o INPI concedeu à primeira Denominação de Origem Brasileira (DO): o Arroz do Litoral Norte Gaúcho, ainda que sustentada em médias e grandes propriedades (HAAS, RAMBO, 2017).

Por sua vez, a agricultura familiar é outro segmento significativo na região. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, há no Litoral RS, 12.811 estabelecimentos de agricultura familiar, 26.625 pessoas ocupadas na agricultura familiar, dois assentamentos de reforma agrária ocupando uma área de 1.424,00 ha. Além disso, o Litoral RS possuía 16.152 famílias

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

beneficiadas com o Programa Bolsa Família em 2015 (BRASIL, 2015).

Por sua vez, verifica-se que o Litoral RS possui discreta atividade industrial, uma vez que este setor participa com 16% do PIB. Já no RS no Brasil esta participação corresponde a 30%, como pode ser visualizado a seguir.

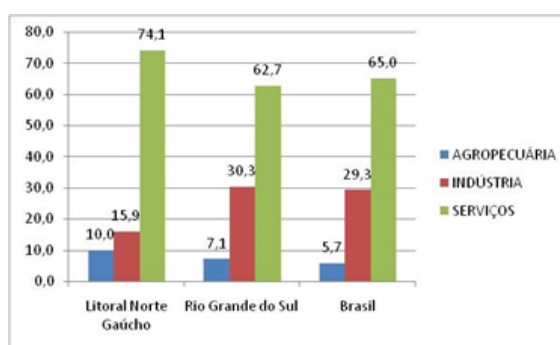


Gráfico 01: Valor adicionado por setor de atividade econômica no território rural Litoral RS

Fonte: IBGE, 2015.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), pode-se verificar que, dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), o Litoral Norte^[1] está entre os quatro com piores Índices. Este, no ano de 2015, girava em torno de 0,709, enquanto que o Corede Noroeste Colonial, com melhor índice, apresentava 0,816.

Não se pode deixar de mencionar que no Litoral Norte gaúcho há uma população culturalmente diversa, incluindo grupos que compõem a sociodiversidade brasileira e que estão demandando seus territórios tradicionais, como apresentado em Rambo et al (2016). Pode-se citar povos indígenas, quilombolas e pescadores, além de descendentes de imigrantes europeus. Povos que habitavam a região desde antes da colonização e que hoje, lutam pela titularidade da terra.

Estudos do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA) identificaram a presença de 04 territórios quilombolas, 8 territórios da pesca artesanal, e 06 territórios Guarani, os quais estão mapeados na publicação Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (COELHO-DE-SOUZA et al., 2013).

Já segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), sete das 48 terras indígenas do estado se encontram no território Litoral RS. Estas localizam-se nos municípios de Torres, Palmares do Sul, Osório, Maquiné, Riozinho, Caraá e Capivari do Sul. As características culturais e

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

sistemas de produção dessas comunidades ajudam a dinamizar e expandir a diversidade cultural e produtiva do território, seja por suas características singulares, seja por sua potencial influência nas trocas de experiências.

Quanto aos quilombolas[2], segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) muitas de suas terras ainda estão submetidas ao processo para titulação. Em outros casos, como o de Casca, em Mostardas, já houve concessão da titulação comunitária da terra, em 2010. Essa titulação é importante para a sustentação da identidade nas comunidades quilombolas e para facilitar o acesso a recursos públicos essenciais para esses grupos. No Litoral RS se situam comunidades como as de Casca, Teixeira, Olho D'Água, Capororocas e outras. Segundo dados do Incra, foram expedidos 11 certidões às comunidades remanescentes de quilombos. Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a região do Litoral Norte Gaúcho possui uma significativa concentração de quilombos rurais devido a região ter sido a primeira faixa ocupada pelos portugueses no estado, assim como o desembarque de escravos pelo tráfico negreiro que se dava no território, como apontado no início deste trabalho.

As populações tradicionais da região estão organizadas no Fórum da Pesca do Litoral Norte, Fórum Quilombola da Península do Litoral, onde participam as Associações Quilombolas do Limoeiro e de Casca, além de Cooperativas e Associações de agricultores familiares. Ressalta-se a presença de Redes envolvendo agricultores, técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), estudantes e pesquisadores, como a Rede Orientada para o Desenvolvimento da Agroecologia (RODA), Rede Juçara e Rede ECOVIDA, esta última trabalhando com a certificação dos produtos orgânicos. O Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Tramandaí tem grande atuação no território, trabalhando para a gestão integrada dos recursos hídricos, extremamente abundantes (PROJETO TARAMANDAHY, 2013).

Na região estão presentes ONG's que vem trabalhando em parceria com os agricultores familiares os processos de transição agroecológica, valorizando os sistemas agrofloretais e os produtos da sociobiodiversidade, como o palmito-juçara (*Euterpe edulis*), butiá e fibras vegetais. Destacam-se as ONG's ANAMA, Curicaca e Centro Ecológico. As duas primeiras desenvolvem trabalhos em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inclusive a ONG ANAMA, o DESMA, a extinta FEPAGRO e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente gerenciam o Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o qual faz parte do Sistema de Gestão das Reservas da Biosfera, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A diversidade que se buscou retratar acima enseja tratar da importância da gestão social e da governança territorial, entendidos enquanto elementos extremamente importantes que

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

possibilitam o reconhecimento dessa diversidade e junto a isso, o atendimento das demandas, necessidades e interesses dos distintos grupos sociais.

3. Gestão social e governança territorial na promoção do desenvolvimento regional

Para Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) a gestão social pode ser considerada um constructo tipiniquim, muito embora os autores mencionem que o termo possivelmente tenha se originado de cursos capacitação de agentes públicos nos Estados Unidos e América Latina. Observa-se assim, que é um conceito que surge inicialmente na prática, para depois passar por reflexões teóricas, sendo compreendido enquanto um campo em construção.

Os referidos autores, fazem uma importante sistematização acerca da evolução do conceito de gestão social e, assim, iniciam sua discussão apresentando as perspectivas de Tenório sobre o tema. Para este autor, a linguagem e a esfera pública são elementos inerentes à gestão social. Valendo-se dos constructos de Habermas - cidadania deliberativa e agir comunicativo - o autor evidencia o caráter democrático da gestão social, entendendo que a decisão deve ser tomada com base no entendimento e não na negociação, tendo em vista o bem comum. Assim, a gestão social seria o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (TENÓRIO, 1998; 2005; 2011).

Já França Filho (2003; 2008) trata a gestão social enquanto processo e fim. Enquanto processo, é compreendida como modalidade de gestão, buscando subordinar as lógicas instrumentais, próprias da gestão privada/estratégica às lógicas sociais, políticas, culturais ou ecológicas. Enquanto fim, se aproximaria da gestão pública, uma vez que também atende às demandas e necessidades da sociedade. Entende que a gestão das demandas da sociedade pode acontecer para além do Estado, via sociedade (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013).

Para Fischer e colaboradores, a gestão social é orientada para o social enquanto finalidade e pelo social enquanto processo, sendo norteadas pelos princípios da ética e solidariedade. A autora traz, cinco observações com base na caracterização da gestão social, destacando a dimensão do conflito, pouco abordada por outros autores. São elas: (1) a articulação de múltiplos níveis de poder redundam em conflitos de interesses entre atores envolvidos e entre escalas de poder; (2) é um campo com práticas híbridas e contraditórias, uma vez que a cooperação não exclui a competição. A competitividade, na verdade, pressupõe articulações, alianças e pactos; (3) é um campo marcado pela ética e responsabilidade que devem levar à eficácia e eficiência dentro da especificidade do campo, prestando contas à sociedade, avaliando processos e resultados e regulando ações; (4) a gestão do desenvolvimento social

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

é também a gestão de redes e de relações pessoais afetada por muitos fatores, dentre eles a história do gestor; e (5) a importância do contexto cultural implica em o gestor social ser um gestor do simbólico e valorativo, especialmente quando se trata de culturas locais e da construção de identidades (FISCHER, 2002; CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013).

Outra pesquisadora que traz uma nova dimensão à discussão sobre gestão social é Carrion (2008; 2007) ao destacar as responsabilidades do Estado nesse processo. Para a autora, cabe ao Estado possibilitar espaço para a participação democrática e deliberativa dos cidadãos e criar condições para esta participação, considerando o conflito de interesses como parte integrante do projeto democrático. Assim, a gestão social levaria a construção de um projeto de nação e um modelo de Estado capazes de enfrentar exclusão ao longo do processo (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013).

Cançado (2011), em sua tese de doutoramento, aborda as características e as categorias teóricas da gestão social. Suas características se referem a (1) tomada de decisão coletiva sem coerção; (2) inteligibilidade (intersubjetividade); (3) dialogicidade; (4) transparência; (5) entendimento; (6) emancipação. Com base nisso, o autor define o conceito como “a tomada de decisão, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (CANÇADO, 2011, p.99).

O referido autor, se vale da perspectiva dialógica negativa de Theodor Adorno para estabelecer as categorias teóricas e assim entende que a gestão social, parte do interesse bem compreendido, ocorre na esfera pública e tem como objetivo a emancipação. O interesse bem compreendido se refere ao reconhecimento de que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual. A esfera pública seria o espaço onde os indivíduos privados se encontram para tratar de assuntos da sociedade, suas necessidades e seu futuro. A autonomia significa livrar-se da tutela de alguém e buscar autonomia. (CANÇADO, 2011).

Bandeira (2000) traça uma linha histórica acerca da governança associada às abordagens sobre desenvolvimento. Segundo o autor, até por volta de 1970 predominavam abordagens focalizadas na ação do governo, entendida como o motor do processo de desenvolvimento. A partir de 1980, essa compreensão amplia-se, passando a enfatizar a administração do desenvolvimento, incorporando a avaliação da capacidade do Estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade. Nos anos 1990, a abordagem passa englobar tanto a capacidade do Estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil enquanto atores do desenvolvimento. A partir de então passou a ser enfatizada a natureza democrática da governança, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de compromissos ou

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

pactos e de envolvimento da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

Pires et al (2011, p.33) sintetizam o conceito de governança da seguinte forma:

se refere aos processos coletivos de tomada de decisões e aos processos pelos quais as decisões são implementadas formalmente e informalmente, que determinam, em uma dada sociedade, como as decisões são tomadas e desenvolvidas por meio de normas e instituições relacionadas com questões públicas.

Desse modo, os autores enfatizam que a governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos, sociais e territoriais.

Dasí (2008) defende que a governança territorial remete à intenção dos atores em promover o desenvolvimento e a coesão social. Seria, portanto, um processo de organização das múltiplas relações entre diversos atores presentes em um território, com vistas a elaborar uma visão territorial compartilhada, sustentada na identificação e valorização do capital territorial, indispensável para conseguir a coesão entre diferentes níveis ou escalas, desde o local até o supranacional. Para o referido autor, a governança territorial torna-se um elemento cada vez mais significativo na hora de efetivar os objetivos políticos nos territórios, um novo entendimento da ação pública e suas estruturas organizativas, a forma como os territórios de um Estado são administrados e as políticas aplicadas. Observa-se que Dasí (2008) enfatiza mais a relação entre Estado e sociedade em relação a Pires et al (2011).

Importa ressaltar o alerta de Ferrão (2010) ao afirmar que quanto mais débeis forem as instituições políticas e a sociedade civil, maior é a possibilidade de as formas de governança transformar-se em arenas de decisão capturadas por interesses organizados. Sem prestação de contas e controle democrático, muitas das formas de governança poderão transformar-se em instrumentos de desigualdade e injustiça em favor de interesses clientelistas ou comportamentos populistas.

Numa tentativa de estabelecer a relação entre gestão social e governança territorial, Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) trazem interessantes análises. Para tal, ressaltam a existência de uma dimensão estrutural e outra processual da governança territorial. A dimensão estrutural diz respeito aos elementos condicionadores da ação e da dinâmica de determinado território - quem é considerado e quem participa nos processos de governança (número de entidades, distribuição de poder entre agentes locais, características das entidades como porte e natureza), sendo importante a atuação do Estado, agentes da iniciativa privada e organizações sociais.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

A dimensão processual remete à interação entre os agentes no sentido da deliberação para a formulação de objetivos e modos de sua realização, a como se dá o processo de interação e deliberação coletiva. Nessa dimensão, os autores enfatizam que “na compreensão da dinâmica da governança territorial, pode estar a principal contribuição da gestão social” (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013, p.338).

Assim, depreende-se que a gestão social remete à dimensão processual da governança territorial. Corroborando essa constatação a afirmação dos autores de que a governança territorial se refere ao Estado como ator privilegiado pela sua natureza institucional, seja pelo uso legítimo da força, seja pelos recursos que possui. Já a gestão social, indica a prevalência da ação da sociedade destacando a possibilidade desta ganhar autonomia e reduzir heteronomia decorrente da regulação imposta pela autoridade estatal.

A governança territorial requer, por um lado, a reformulação dos modos de decisão e a execução de objetivos coletivos na direção da gestão social. Por outro lado, a gestão social não ocorre no vazio, mas num contexto específico de relações sociais e de atores (esfera pública), absorvendo a complexidade dos elementos da governança territorial (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013). Entende-se assim, que é possível haver gestão social sem governança territorial, mas o contrário não seria possível.

Na seção seguinte serão apresentados dois mecanismos de governança, atuantes no Litoral Norte, cujo foco é a promoção do desenvolvimento. Ressalta-se, entretanto, que os mesmos pouco interagem, havendo aí um potencial de fortalecimento da gestão social na região.

4. Corede e colegiados territoriais: dois mecanismos de governança no Litoral Norte Gaúcho

No Rio Grande do Sul, desde 1994, tem-se a implementação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, atendendo à Constituição Estadual de 1989, que previa a regionalização dos orçamentos anuais e da lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais e regionais (Art. 149), sendo que a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento deveria caber à órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil, através dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, dentre outros, todos eleitos em suas entidades representativas (Art. 197).

Os Coredes são fóruns regionais de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

o desenvolvimento regional, constituídos como pessoas jurídicas de direito privado, organizados sob a forma de associações civis sem fins lucrativos. Seus objetivos preveem: (a) promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; (b) integração dos recursos e das ações do Governo e da região; (c) melhoria da qualidade de vida da população; (d) distribuição equitativa da riqueza produzida; (e) estímulo à permanência do homem em sua região; (f) preservação e recuperação do meio ambiente.

Cabe aos 28 Coredes, a elaboração e atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEDs), (todos reformulados durante 2015), e a organização da Consulta Popular. Esta, criada em 1998, possibilita que a população defina diretamente parte dos investimentos e serviços que constarão no orçamento do Estado. Anualmente o Governo do Estado fixa o valor submetido à deliberação da população. Este valor é distribuído entre os 28 Coredes, de acordo com critérios como a população de cada região, IDESE e participação da população na Consulta anterior. Para a Consulta Popular 2018/2019 o valor disponibilizado é de R\$ 80.000.000.

Em 2017, ao Corede Litoral foi destinado um montante de R\$ 2.211.428,57, e em 2018 serão R\$ 3.453.971,67. Cabe enfatizar que no ano de 2016, o Litoral Norte somou 4.000 votos na Consulta Popular. Em 2017 esta participação alcançou 22.000 votos.

No ano de 2016, as prioridades que alcançaram maior votação se referiram a aquisição de equipamentos para os hospitais de Capão da Canoa e Tramandaí, bem como a instalação do centro de atenção ao turista no município de Caraá. Em 2017, as prioridades voltaram-se ao fomento à saúde, à manutenção de estradas e fortalecimento da agricultura familiar.

São membros atuantes no Corede Litoral, Amlinorte, Comudes, Rotary Club, CDL, Sebrae, Facos - Osório; Unisc - Capão da Canoa, Ulbra - Torres; UFRGS, Brigada Militar. O PED 2015-2030 faz um levantamento do vasto conjunto de atores sociais e agentes institucionais, governamentais e não governamentais, que atuam nos municípios e nas instituições de âmbito regional^[3]. Enfatiza o Plano, que a partir dessa listagem, verifica-se uma diversidade das representações: organizações sindicais, associações profissionais, associações de moradores, círculo de pais e mestres, os clubes de serviço comunitários, ONG(s), serviços de comunicação; e as representações institucionais - instituições de ensino e apoio técnico, igrejas, as instituições públicas, entre outros. Uma maior ocorrência das representações se dá nos municípios de Torres e Osório, seguidos de Tramandaí e Capão da Canoa. Os municípios de pequeno porte populacional contam praticamente com as instancias públicas - Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, sendo também sempre destacada a igreja e por vezes os sindicatos rurais (PED Litoral Norte 2015-2030).

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Já a política territorial no Brasil surge no âmbito rural, dentro do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), implementando-se o Pronat em 2003, seguido do Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008. A perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável, proposta pelo Estado brasileiro, envolve uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção.

No Pronat, o território rural seria aquele onde os critérios multidimensionais que o caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam a predominância de elementos rurais (BRASIL, 2004). O objetivo geral do Pronat consiste em promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural.

A estrutura organizacional dos territórios rurais é sustentada pelo Codeter. Os Colegiados devem ter, em sua composição, representantes das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e da sociedade, devendo haver paridade entre representantes do governo e sociedade civil bem como uma composição representativa, diversa e plural dos atores sociais relacionados ao desenvolvimento rural. Ao Codeter cabe deliberar e propor ações para o desenvolvimento sustentável dos territórios, além de articular políticas públicas, realizar o planejamento das ações e definir os programas e projetos que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS).

O Codeter Litoral RS está finalizando seu PTDRS. O mesmo é formado pelas seguintes Câmaras Temáticas: segurança alimentar e nutricional; comercialização e economia solidária; povos e comunidades tradicionais; meio ambiente, educação e juventude rural; políticas de desenvolvimento agrário; saúde. Um tema transversal e estas Câmaras é a agroecologia. Já as principais demandas giram em torno dos seguintes temas: participação dos agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, cooperativismo e redes, sucessão familiar, vulnerabilidade dos artesãos, regularização fundiária, transição agroecológica, produtos da sociobiodiversidade, cultura territorial, turismo quilombola, manutenção das escolas rurais, educação do campo, ensino técnico agrícola, roça urbana, profissionais de saúde para o rural, produção de frutas, impactos do uso de agrotóxicos, discriminação de gênero, legislação diferenciada para agroindústrias familiares, consórcios intermunicipais, planos de desenvolvimento municipais, acesso às linhas de crédito, comitê interno para captação de recursos.

Quanto aos projetos implementados pelo Pronat no Litoral RS, foram 34 financiamentos de 2007 a 2014, somando R\$ 6.013.841,87, conforme gráfico a seguir. No território foram 36

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

objetos financiados, predominando veículos pesados, seguidos de equipamentos e infraestrutura. A categoria “outros”, refere-se a projetos de apoio a escoamento da produção e/ou capacidade produtiva. Nesse caso, não é possível identificar o objeto financiado.

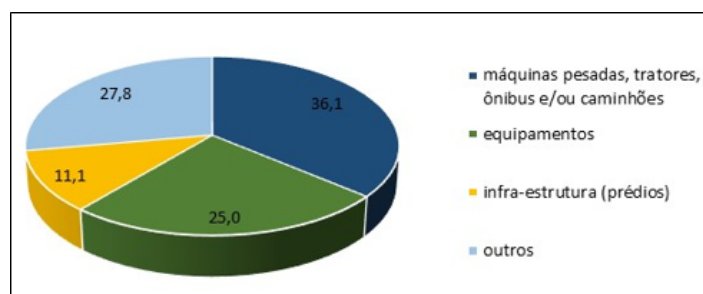


Gráfico 03: Objeto financiado nos projetos do Proinf no território Litoral entre 2003 e 2014

Fonte: Organização própria a partir de SGE, 2015.

São membros do Codeter, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE); Quilombos, Associações de pescadores; Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (ACERT); Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP); Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, Centro Ecológico; Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT); Cooperativa de Produção, Comercialização e Consumo dos Pequenos Produtores do Litoral Norte (COOPVIVA); Guaranis de Riozinho; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; prefeituras municipais; Ematers; Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes; UFRGS; Instituto Federal de Osório (IFRS).

Com base nessa breve explanação acerca de dois mecanismos de governança, implementados em um âmbito territorial periférico - Corede e Colegiado, assim considerado por seus vulneráveis índices socioeconômicos, sendo pouco atrativo ao capital externo, mas que por outro lado, apresenta uma diversidade sócio-econômico-ambiental, defende-se que a gestão social em tais âmbitos assume uma importância maior ainda na promoção do desenvolvimento.

Considerando-se que, como afirma Dasí (2008), a governança territorial torna-se um elemento cada vez mais significativo na hora de efetivar os objetivos políticos, é evidente que em territórios marcados por diversos grupos sociais, econômicos e identitários, por ecossistemas frágeis, a gestão do desenvolvimento necessita perpassar um processo

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

gerencial dialógico - baseado mais no entendimento do que na negociação - em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes, de modo que seja possível promover qualidade de vida para a população em geral (TENÓRIO, 2011; CANÇADO, 2011).

Diante disso, ressalta-se a importância de um maior diálogo (muito embora este já tenha se iniciado) entre atores e mecanismo de governança, tais como Corede e Colegiados (e tantos outros presentes no Litoral Norte, não abordados neste trabalho), de modo a dar um salto qualitativo na gestão social, ainda muito restrita à escala de cada mecanismo de governança.

Promover um processo de organização das múltiplas relações entre diversos atores presentes em um território, com vistas a elaborar uma visão territorial compartilhada, sustentada na identificação e valorização do capital territorial é indispensável para que seja possível promover desenvolvimento e coesão social (DASÍ, 2008) em espaços tão diversos como o Litoral Norte.

Como destaca o PED Litoral Norte 2015-2030 e Strohaecker (2016), o problema a ser enfrentado é como integrar as distintas territorialidades que as diferentes instâncias da gestão regionalizada, e também as representações institucionais, geram. A diversidade de regionalizações adotada pelas esferas pública e privada passa a ser um entrave à formação da identidade territorial e, conseqüentemente, à possibilidade de se pensar um plano de desenvolvimento regional integrado. No entanto, o número significativo de instituições e entidades de caráter civil criado nos últimos anos indica uma preocupação e interesse das lideranças regionais em construir um plano visando o desenvolvimento regional. Cabe portanto, a promoção da gestão social entre as diversas escalas de poder e gestão já presentes e atuantes no Litoral Norte, territorializadas por meio dos mecanismos de governança como Corede e Colegiado Territorial, e dentre muito outros não analisados neste trabalho.

5. Considerações Finais

Procurou-se demonstrar neste trabalho, a importância da gestão social e da governança territorial para os processos de desenvolvimento que promovam qualidade de vida para a população, coesão social e autonomia. O intuito foi o de evidenciar que estes conceitos assumem importância maior ainda em âmbitos territoriais marcados por grandes diversidades, sejam estas socioculturais, econômicas e ambientais.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Buscou-se destacar que o Litoral Norte, reconhecido pelo turismo de veraneio, é uma das regiões mais pobres do Estado. Sua diversidade sócio-econômico-ambiental é muitas vezes, desconhecida por parte significativa da população regional, dos turistas de veraneio e dos gestores públicos de diferentes escalas. Ou seja, melhorar os índices socioeconômicos da região, perpassa um somatório de esforços dos atores locais e regionais e da integração com atores de outras escalas, no fomentos às potencialidades locais e regionais.

Tratou-se de dois mecanismos de governança relativamente consolidados na região. O Corede, criado ainda em 1994, há anos é um importante ator, que vem mobilizando a sociedade regional em torno do planejamento do desenvolvimento, vide o incremento na participação na Consulta Popular entre 2016 e 2017. Em seu PED, reconhece e elenca inúmeros atores regionais fundamentais à gestão do desenvolvimento.

Já o Colegiado, apesar de sua recente criação, e da extinção da SDT/MDA, mantém-se atuante, estando prestes a lançar seu PTDRS. Este mecanismo permitiu a atores, “invisíveis” até aquele momento, participarem ativamente das discussões sobre seu desenvolvimento.

Ao se observar, ainda que de forma exploratória, a gestão social promovida por estes dois mecanismos de governança, verifica-se de que esta vem possibilitando que a população valorize seu território e suas identidades, promovendo encontros que criaram ações de desenvolvimento, cooperação e implementação de iniciativas que atenderam a demandas locais ou regionais. O desafio posto agora, remete a expandir a gestão social integrando os diversos mecanismos de governança já constituídos no Litoral Norte e sua articulação com múltiplas escala. Isso pode ser reforçado por Brandão (2004), quando ressalta que as políticas de desenvolvimento precisam agir sobre a totalidade do tecido socioprodutivo, pensar o conjunto territorial como um todo sistêmico, promovendo ações concertadas naquele espaço geográfico, buscando reduzir disparidades inter-regionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade.

6. Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial, 2003.

ACCURSO, Jorge da Silva. Matriz econômica do Litoral Norte. In: **Projeto de fortalecimento do gerenciamento costeiro no Litoral Norte do Rio Grande do Sul - PNMA II**. 2002. Disponível em: Acesso em: 22 dez. 2013.

AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. Os primórdios da formação sócioespacial do litoral

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 32, n. 1, 2007.

AGUIAR, Marcos Daniel S. História Econômica, Modernização e Desenvolvimento: uma análise sobre as primeiras mudanças na região do Litoral Norte Gaúcho. **FEE**. 2008.

ANTOCHEVIZ, Fabiana B. Análise multiescalar da expansão urbana de cidades litorâneas. XVII Enanpur, **Anais**, São Paulo, 2017

BRANDÃO, Carlos. O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os "localismos" na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In: **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007, p.35-55.

BRASIL. **Perfil Territorial: Litoral RS**. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_229_Litoral%20-%20RS.pdf>. Acesso em nov/2015.

BANDEIRA, P. S. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento Local/Regional** - Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 1, 2000, p. 23-128.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial**. MDA/SDT, 2004, 33p. Disponível em: . Acesso em: jun/2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: IICA/Condraf/MDA/NEAD, 2003.

CAMPOS, Mardem B., BARBIERI, Alisson F. e CARVALHO, Jose A. Magno de. **Uma análise demográfica e espacial das migrações de idosos no Brasil: 1980 a 2000**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu/MG. 2008. Disponível em: Acesso em: 14 ago. 2013.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA; V. R. **Gestão Social e Governança Territorial**: interseções e especificidades teórico-práticas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v.9, n.3, p. 313-353, set-dez/2013.

[COELHO-DE-SOUZA, G.](#); et al. . **Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do**

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Rio Tramandaí. 1. ed. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

COMISSÃO Pró-Índio de São Paulo: Acesso em: . Acesso em: dez/2015.

DASÍ, Joaquín Farinós. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A.G.E.** N.º 46 - 2008, págs. 11-32

FERNÁNDEZ, Victor. R.; AMIN, Ash; VIGIL, José I. (Comp). **Repensando el desarrollo regional:** contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008.

FOCHEZATTO, Adelar; XERXENEVSKY, Lauren Lewis. Índice relativo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação da análise fatorial. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2015.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: . Acesse em: dez/2015

HAAS, J.; RAMBO A. G. Mecanismo de diferenciação de produtos e suas repercussões territoriais: o caso do arroz Doña Ana (Espanha) e do arroz do Litoral Norte (Brasil). VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, **Anais**, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2017.

JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2004. **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Disponível em: . Acesso em: nov 2012.

KRONEMBERGER, Thais Soares; GUEDES Cezar Augusto Miranda. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014

LOPES, Eduardo Baptista et al. **Os condomínios horizontais e suas relações espaciais com o entorno:** o caso de Xangri-lá/RS. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2014.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

PED Litoral Norte. Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030. Disponível em: .

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Acesso em: maio/2018.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE A. de Á. **Governança e capacidades estatais:** uma análise comparativa de programas federais. Revista Sociologia Política, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016.

PROJETO TARAMANDAHY. Disponível em: <http://www.onganama.org.br/pesquisas/Livros/Atlas_Tramandai_2013_web_2014.pdf>. Acesso em abril/2016.

RAMBO, A. et al para além da praia: considerações sobre o desenvolvimento territorial rural no Litoral Norte Gaúcho. 54º Congresso da Sober, **Anais**, Maceió, 2016.

RAMOS, Alexandre C. **Fatores de atração migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional:** um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório. Santa Cruz do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

STROHAECKER, Tânia Marques. Trajetória do planejamento territorial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 27, p. 68-93, 2016.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado:** ensaios de gestão social. Ijuí: Unijuí, 2008. p.13-38.

ZUANAZZI, Pedro Tonon; BARTELS, M. Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS. Porto Alegre: **FEE**, 2016.

[1] A regionalização dos territórios rurais e dos Coredes é distinta, sendo que o território possui três municípios a mais, quais sejam, Riozinho, Santo Antonio da Patrulha e Tavares.

[2] Segundo o Incra, as comunidades quilombolas são grupos étnicos que se autodefinem a partir de suas relações com a terra, de parentesco ou características culturais ligadas a sua ancestralidade, constituídos pela população negra remanescente dos quilombos. No Litoral RS há grande manifestação desses grupos.

[3] Ver PED Litoral Norte 2015-2030, páginas 71 e Anexo b.